

O PAPEL DA MULHER NUMA SOCIEDADE CAPITALISTA À LUZ DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Ewerton Marinho de Aguiar (autor)

Universidade Estadual da Paraíba. UEPB – Pedagogia – Centro de Humanidades (Campus III)
ton.ton.2013.1@gmail.com

Emerson Mayk Cristiano dos Santos (coautor)

Universidade Estadual da Paraíba. UEPB – Pedagogia – Centro de Humanidades (Campus III)
emersonmayk2.0@outlook.com

Marcilene de Souza Lima (coautora)

Universidade Estadual da Paraíba. UEPB – Pedagogia – Centro de Humanidades (Campus III)
marcilenesouza.uepb@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo central discutir o papel da mulher numa sociedade capitalista mediante a reestruturação produtiva, buscando levar essa discussão para se confrontar com o rompimento de paradigmas arcaicos que dizem que lugar de mulher é na cozinha. Foram realizadas várias pesquisas de natureza bibliográfica afim de que possamos delinear ocorre a divisão de trabalho desde tempos longínquos até os dias atuais. Tendo o princípio da equidade como eixo norteador foi possível analisar de que forma se pode deixar de lado as ideias machistas impostas por uma sociedade machista. Entretanto, é de suma importância ressaltar que a discussão central desse trabalho se dá em torno da mulher no mercado de trabalho. São citados no trabalho como ocorre a chamada divisão sexual do trabalho, como também os modelos fordista, taylorista e toyotista, já que são precursores do capitalismo que vigora até os dias atuais. O trabalho em questão é concluído apontando como perspectiva uma sociedade diferente, que possa romper com o “tradicionalismo” excludente empregado pelo machismo e traga para nossa vivência o princípio da liberdade, igualdade e respeito, mostrando que essa ideia de que há trabalho de homem e há trabalho de mulher é uma ideia totalmente errônea e sem cabimento, uma vez que a mulher se mostra e se mostra capaz de exercer as mesmas atividades laborais que os homens, uma vez que não existe essa história de que mulher é sexo frágil.

Palavras-chave: Mulher, Mercado de Trabalho, Capitalismo, Reestruturação Produtiva, Sociedade.

INTRODUÇÃO

Quando falamos em trabalho, somos remetidos diretamente às diversas funções trabalhistas que cada indivíduo executa na sociedade. Mas, adentrando a questão de trabalho no que se refere a uma divisão de tarefas, historicamente, nos vem à mente a visão que se tem dos primeiros habitantes do Brasil (os índios) sobre tal forma de divisão, onde as mulheres ficavam incumbidas de realizarem afazeres como: cuidar dos filhos e coletar frutos, enquanto os homens eram responsáveis pela caça, pesca e proteção da tribo.

Com a colonização do Brasil, essa visão não continuou diferente, pois quando os portugueses sequestraram os negros na África e forçaram a serem escravos na “terra descoberta” (refiro-me ao Brasil), deu-se continuidade a tal divisão de tarefas, uma vez que os homens escravizados tinham valor comercial maior que o das mulheres, mas as mesmas realizavam tarefas além dos homens, pois

muitas tinham que ir para as lavouras, cuidar da casa-grande, além de muitas vezes serem obrigadas a ter que ~~que~~ prestar serviços sexuais aos senhores, onde ficavam sujeitas a engravidar e terem que incluir em seu cotidiano os cuidados a uma criança. Resumindo, as mulheres tinham uma função no sistema produtivo de bens e serviços.

Mesmo com a abolição, as mulheres negras tinham a liberdade formal, porém não tinham a plenitude de direitos da pessoa humana. Sendo assim, as mesmas continuaram a prestar serviços domésticos ou trabalhando como lavadeiras por não terem oportunidades, uma vez que a “liberdade” que lhes foi proporcionada não lhe garantia direito algum.

Atribui-se então a essa divisão por gênero o termo “*divisão sexual do trabalho*” (tal definição será abordada no decorrer do estudo), onde existiam trabalhos que deveriam ser executados por homens e trabalhos que deveriam ser executados por mulheres.

Nas décadas passadas essa divisão sempre foi notória, uma vez que as mulheres eram subjugadas aos ideais do marido, pois era ele que decidia tudo o que deveria acontecer na família, onde mesmo em discordância, a mulher se submetia a uma severa obediência. Tal obediência era proveniente da educação que a mesma recebia em casa desde a infância. Percebemos isso analisando as próprias brincadeiras que eram destinadas as meninas, sendo as mais comuns: brincar de casinha, que era uma preparação para os afazeres domésticos, como também brincar de boneca, que tinha o intuito de instruí-las para cuidar dos futuros filhos.

Com o avanço da industrialização e a conseqüente globalização, a mulher passou a reivindicar espaços que até então eram ocupados apenas por homens, ou seja, as mesmas buscavam por direito aquilo que lhes era garantido. A partir daí muitas mulheres passaram a exercer o trabalho como operárias, porém seus salários eram inferiores aos dos homens, uma vez que as mesmas não representavam tamanho valor aos patrões e eram “*fáceis de serem caladas*”, caso ameaçassem discordar do que as impunham.

Podemos notar claramente que haviam desde aquela época práticas de chefias de diferentes níveis hierárquicos, relacionados à diferenciação entre tarefas “masculinas” e tarefas “femininas”. A reorganização capitalista levada em consideração nas últimas décadas do século XX propiciou um conjunto de mudanças, tanto na forma de acumulação de capital como em todas as relações dela decorrentes, especialmente no trabalho feminino. Este processo determinou transformações na produção capitalista, nas configurações da sociedade e do Estado fazendo surgir novas modalidades de subordinação de trabalho. Esse sistema é denominado por Harvey (2000) de “*acumulação flexível*”, tema esse que irá ser abordado nesse trabalho juntamente com o que diz a respeito as

mudanças no trabalho executado pelas mulheres na sociedade.

Mesmo conseguindo espaço nas relações de trabalho, as consequências advindas do capitalismo no cenário da reestruturação produtiva repercutem nas más condições de vida e trabalho da população desprotegida, sendo as mulheres as mais atingidas, em outras palavras a mulher ainda se vê cara a cara a fatores que não contribuem para um pleno desenvolvimento, podemos exemplificar, a precarização do trabalho.

A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO FRENTE À REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

A primeira vez que as mulheres se apresentaram na história como sujeito político, foi no processo da Revolução Francesa. Além da reivindicação pelos direitos políticos, existe registro da luta das mulheres pelo direito ao alistamento na carreira militar e ter acesso as armas, na defesa da revolução. Direito até então restrito aos homens, apesar da presença massiva das mulheres, nas ruas em levante populares contra o poder Real e da Igreja na organização da sociabilidade à época (GURGEL, 2010, p. 01).

Antes de irmos ao encontro do que vem ser o processo de reestruturação produtiva, é necessário fazer um apanhado histórico da organização de luta das mulheres.

Em consonância com a epígrafe acima, podemos perceber, que ao contrário do que se pensa, o século XIX não é um período de uma absoluta submissão das mulheres. Este é o século ao qual nasceu o movimento feminista que obteve tanto sucesso no século XX. A mulher busca sair da posição de esposa, de mãe, de mulher submissa, para almejar um papel de cidadã, de trabalhadora, de indivíduo perante a sociedade. Vê-se, então, que as lutas das mulheres apresentam várias vertentes, mas sempre em prol de um bem comum que é a equidade de direitos. Essas vertentes vão desde a luta das mulheres trabalhadoras e a construção de uma nova estrutura de sociedade, bem como, as discussões centradas no sexo e na sexualidade.

É cabível mencionar que essa corrente igualitária tem contribuição direta dos valores iluministas trazidos pelo marxismo.

No que diz respeito às relações de trabalho passamos a analisa-lo no contexto social advindo a partir de eventos como a evolução industrial, em meados do século XVIII, que trouxe o desenvolvimento tecnológico e o crescimento da maquinaria. A indústria que se iniciava precisava de mão de obra, porém tal mão de obra deveria ter baixo custo. Isso possibilitou a contratação de mulheres e crianças na indústria têxtil, as quais se sujeitavam ao trabalho industrial como forma de

complementar a renda familiar.

A contratação de mulheres também se dava pelo fato dos patrões as considerarem “dóceis”, ou seja, fáceis de serem controladas e manipuladas, acostumadas a obedecer. Tal ideia advém dos ideais do patriarcado, onde o homem é o quem mantém o poder primário e predominam em funções de liderança política, autoridade moral, dentre outras.

Com o surgimento das indústrias o capitalismo sofre uma ascensão, pois surge a necessidade de cada vez mais buscar maneiras de melhor controlar os gastos, a produtividade, o trabalhador e o retorno financeiro. Diante disso, no decorrer do tempo surgiram diversos tipos de modelos e sistemas de produção industrial, um tipo sempre superava o outro de acordo com o momento histórico e suas respectivas necessidades. Os modelos de produção industrial representativos naquele período, inicialmente, foram o fordismo e o taylorismo.

No fordismo e taylorismo, os trabalhadores estavam fadados a realizar tarefas de cunho repetitivo, com o objetivo de aumentar a produtividade, uma vez que cada um realizava determinada tarefa, buscando aumentar a produtividade em massa para que o consumo ocorra ao mesmo prazo. Em resumo, os trabalhadores estavam fadados a uma rítmica exploração.

Com o aperfeiçoamento do mercado e o surgimento de novos modelos de produção como é o caso do toyotismo, ou ainda motivado pela introdução de máquinas informatizadas, esse binômio, como diz Antunes (2009), fordismo/taylorismo, diminui com a reestruturação produtiva do capital.

O processo de reestruturação produtiva ou acumulação flexível, como é apresentado por Harvey (2000), se inicia:

(...) por um confronto direto a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Envolve, também, rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado "setor de serviços", bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. (HARVEY, 2000. p. 140)

Em relação as palavras do autor, podemos notar que a acumulação flexível é uma forma de maior exploração quanto de maior controle sobre a força de trabalho. Ainda seguindo o pensamento do mesmo podemos notar que a acumulação flexível se dá na crise do sistema fordista/taylorista de produção. Assim, onde antes predominava o modo de produção caracterizado pelo trabalho repetitivo executado pelo trabalhador e o processo de produção em massa de mercadorias, agora se pratica a

flexibilidade do trabalho, em que o mesmo empregado executa variadas funções no ambiente da empresa. Além disso, o ritmo de produção obedece à demanda do mercado, evitando, assim, a estocagem de mercadorias.

Devido a t a l reorganização econômica, foram repercutidas na vida das mulheres o aprofundamento da divisão sexual do trabalho, onde a mesma, segundo Mano (2015) apud Kergoat (2009): “(...) é modelada histórica e socialmente e se baseia em dois princípios: 1) o princípio da separação (há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres); 2) e o princípio da hierarquia (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher)”.

Levando em consideração o que foi mencionado pela autora, podemos notar que a questão dessa “divisão” é algo que perpassa gerações e que está muitas vezes inculcada na sociedade, como se fosse uma norma preestabelecida, onde os homens devem ocupar funções com forte valor social, como exemplo cargos políticos, enquanto as mulheres ficam incumbidas de realizar os trabalhos domésticos, de procriação, de cuidado e sexual, em outras palavras, restrita ao lar, como se não pudesse desfrutar da liberdade que lhe é garantida.

Com o processo de reestruturação produtiva muitos patrões passam a contratar mulheres para exercerem determinados trabalhos pois,

(...) as novas estruturas do mercado de trabalho facilitam muito a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo assim trabalhadores homens centrais melhor remunerados e menos facilmente demitíveis pelo trabalho feminino mal pago, como o retorno dos sistemas de trabalho doméstico e familiar e da subcontratação permite o ressurgimento de práticas e trabalho de cunho patriarcal feitos em casa. (HARVEY, 2000, p.146)

Segundo Harvey (2000), podemos entender que esses trabalhadores homens centrais são aqueles, como ele cita, são aqueles que possuem uma condição permanente, que gozam de maior segurança no emprego, onde esse centro do processo de reestruturação produtiva tende a diminuir ainda mais. Com tal ocorrência, as mulheres passam a realizar trabalhos subalternos aos homens, o que as condiciona a uma relação patriarcal, inferior. É como se lhes fossem oferecidas oportunidades de retrocesso para tantas conquistas sociais e políticas alcançadas nas últimas décadas.

Com essa divisão sexual do trabalho, o capitalismo vê uma nova forma de se apropriar disso, uma vez que essa divisão está efetivada desde a família e a escola. Contudo, a partir da busca das mulheres para sua emancipação, nota-se que a ampliação do trabalho feminino vem acontecendo, porém de uma forma desigual, como diz Antunes (2009):

(...) a ampliação do trabalho feminino no mundo produtivo das últimas décadas é parte do processo de emancipação parcial das mulheres, tanto em relação à sociedade de classes quanto às inúmeras formas de opressão masculina que se fundamentam na tradicional divisão social e sexual do trabalho. (...) o capital incorpora o trabalho feminino de modo desigual e diferenciado em sua divisão social e sexual do trabalho. (ANTUNES, 2009, p. 109)

Essa questão de desigualdade fomentada pelo autor, salienta que mesmo o aumento do mundo produtivo, e mesmo as mulheres fazendo parte do mundo do trabalho, o que acontece por muitas vezes é que as mesmas são condicionadas a exercer as piores atividades ou até mesmo ocuparem os mais baixos cargos. Tudo isso se dá pelo fato de que vivemos numa sociedade que foi educada as rédeas do machismo e patriarcado, e qualquer coisa que venha romper com esse paradigma é tido com um olhar indiferente.

O que acontece atualmente são lutas por igualdade de direitos, afim de que as mulheres não sejam levadas em consideração apenas pelo sexo biológico. Nesse sentido as mesmas vêm cada vez mais se organizando, pois é necessário que paradigmas como “mulher é sexo frágil”, sejam quebrados. Por muito tempo as mesmas foram caladas. Mas com o avançar do tempo é notória a percepção de que as mesmas podem ocupar lugares no mercado que até então eram apenas ocupados por homens. Todas as ações que buscam reprimi-las devem ser estagnadas e não mais aceitas.

Odíamos, sim; odíamos tudo aquilo que tortura e oprime a mulher trabalhadora, a dona de casa, a camponesa, a mulher do pequeno comerciante e, em muitos casos, a mulher das classes possuidoras. Exigimos da sociedade burguesa uma legislação social em favor da mulher, porque compreendemos a situação destas e seus interesse, aos quais dedicaremos nossa atenção a ditadura do proletariado. Naturalmente, não o exigimos como fazem os reformistas, utilizando palavras brandas para convencer mulheres a permanecer inativas, contendo-as. Não, naturalmente não, mas como convém a um revolucionário, chamando-as para trabalhar lado a lado a fim de transformar a velha economia e a velha ideologia. (ZETKIN, 1956, p. 18)

Como afirma Clara Zetkin, é necessário que as mulheres não se calem perante o falso moralismo que é empregado. É necessário que as mesmas lutem para não ficarem fadadas a precarização do trabalho trazidas pela acumulação flexível. Não importa a atividade exercida, essa luta é de bem comum, um bem em prol da igualdade e não da subordinação.

METODOLOGIA

Os processos metodológicos utilizados para a realização desse trabalho se basearam em pesquisas de caráter bibliográfico, referenciando autores que abarquem em seus estudos a temática em discussão. Sendo assim, esse trabalho realizou-se a partir de leituras de diversos textos, além de utilizar documentários para se ter uma visão dimensional maior do que estava pesquisando.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a realização desse estudo, foi possível se inteirar com os acontecimentos que marcam a participação da mulher na sociedade, que perpassam períodos históricos. Essa subordinação que busca ser imposta as mulheres é algo que acontece desde os primórdios e se tenta a todo custo transmitir essa cultura e disseminá-la sem nenhuma intervenção, questionamento, discordância.

No mercado de trabalho ocorrem diversas situações que buscam impor que a mulher seja vista como apêndice, uma mera coadjuvante.

Pode-se então notar que o empoderamento feminino está acontecendo, mesmo não agradando a todos, mas o que importa que as alunas não devam cessar. Mediante o que foi estudado para a realização desse trabalho, tem-se como resultado a ideia de que esse empoderamento é extremamente fundamental para a participação ativa da mulher na sociedade, inclusive no que diz respeito ao mercado de trabalho.

CONCLUSÃO

Por fim, entende-se que a análise desta temática é necessária e oportuna pela sua amplitude e pelo potencial de transformação das relações sociais, de forma que se possa ter uma visão que proporcione a saída de uma sociedade machista e patriarcal, para uma sociedade em que a equidade se faça presente.

A era da acumulação flexível se apresenta como forma de superação da crise capitalista, a partir dela, o mercado gradativamente passou a não mais comportar a produção massiva do modelo fordista, gerando desequilíbrio entre produção e consumo, tornando-se instável. Como é no mercado que o capitalista alcança o lucro, pela comercialização das suas mercadorias e de seus serviços, é ele quem informa todo o eixo de organização produtiva, impondo assim, a necessidade de alteração do modo de produção, pela sua flexibilização, sendo preciso também flexibilizar a exploração dos fatores de produção, dentre os quais a força de trabalho, o que explica a necessidade de desregulamentação da legislação.

Levando em consideração a questão das mulheres que são afetadas diretamente por tal modelo, podemos notar que o perfil das mesmas é muito diferente daquele do começo do século. Além de trabalhar e ocupar cargos de responsabilidade assim como os homens, ela realiza tarefas tradicionais: ser mãe, esposa e dona de casa. Trabalhar fora de casa é uma conquista relativamente recente das mulheres. Ganhar seu próprio dinheiro, ser independente e ainda ter sua competência reconhecida é motivo de orgulho para todas.

Apesar da evolução da mulher dentro de uma atividade que era antes exclusivamente masculina, e apesar de ter adquirido mais instrução, os salários não acompanharam este crescimento. Embora exista uma certa discriminação em relação ao trabalho feminino, elas estão conseguindo um espaço muito grande em áreas que antes era reduto masculino, e ganhou o respeito mostrando um profissionalismo muito grande. Apesar de ser de forma ainda pequena, está sendo cada vez maior o número de mulheres que ganham mais que o marido.

O grande desafio para as mulheres dessa geração, é tentar reverter o quadro da desigualdade salarial entre homens e mulheres. Pelo menos, elas já provaram que além de ótimas cozinheiras, podem também ser boas motoristas, mecânicas, engenheiras, advogadas e sem ficar atrás de nenhum homem. Já está mais do que provado que as mulheres são perfeitamente capazes de cuidar de si, de conquistar aquilo que desejam e de provocar mudanças profundas no curso da história.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

FREITAS, Eduardo de. **Modalidades de produção industrial**. Brasil Escola. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/modalidades-producao-industrial.htm>> Acesso em: 19 de fevereiro de 2017.

GURGEL, Telma. **Feminismo e luta de classe**: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade. Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. UFSC, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277667680_ARQUIVO_Feminismoelutadeclasse.pdf> Acesso em 25 de fevereiro de 2017.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

MANO, Maíra Kubík. Classe de sexo: reflexões sobre uma categoria de análise. In: ANDRADE et al (Org.). **Feminismo, Gênero e Sexualidade**: Diálogos Contemporâneos. Mossoró, RN: Edições

UERN, 2016.

ZETKIN, Clara. **O Socialismo e a Emancipação da Mulher.** In: Lênin e o movimento feminino. Editorial Vitória, 1956.

